



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Justiça Constitucional Turma B

Unidade curricular

A garantia dos direitos sociais pela Justiça Constitucional e o princípio da separação de poderes

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Prof Doutor Carlos Blanco de Moraes (Professor Catedrático). 2 horas semanais de carga horária

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Os mestrandos, em face de um tema que no mundo de língua portuguesa e, especialmente em Portugal e no Brasil no decurso dos últimos anos é de grande atualidade devem abordar o tema a partir de um enquadramento metódico assente na dogmática jurídica e, no aprofundamento do direito comparado e numa leitura crítica da jurisprudência constitucional.

Conteúdos programáticos

1. Introdução histórica à constitucionalização dos direitos sociais e aos seus meios de garantia contenciosa
2. São os direitos sociais direitos fundamentais ?
3. A estrutura normativa das normas que enunciam e garantem direitos sociais
4. A tese da unidade dogmática entre direitos de liberdade e direitos sociais
5. Limites às restrições a direitos sociais e a querela da “ proibição de retrocesso”.
6. A hermenêutica dos direitos sociais em sede de controlo de constitucionalidade
7. Vias contenciosas de garantia de direitos sociais
8. Recurso de amparo e garantia de direitos sociais
9. Direitos sociais e controlo de inconstitucionalidade por omissão
10. O controlo difuso de inconstitucionalidade por omissão em matéria de realização de direitos sociais no Brasil
11. Ativismo jurisprudencial, neo-constitucionalismo e redefinição do princípio da separação de poderes
12. Os direitos sociais como limite material de revisão constitucional?
13. Os limites constitucionais às políticas públicas de reforma do Estado social
14. Direitos sociais e justiça constitucional na especialidade
 - A. Dignidade da pessoa humana e direito ao mínimo de existência condigna
 - B. A administração judicial de prestações referentes ao direito à saúde no Brasil
 - C. A jurisprudência constitucional portuguesa em matéria de cessação do vínculo laboral
 - C. A jurisprudência constitucional portuguesa e brasileira relativa ao direito à saúde
 - D. A jurisprudência constitucional portuguesa e brasileira relativa à segurança social
 - E. A jurisprudência constitucional portuguesa e brasileira em matéria de direito à educação
 - F. A jurisprudência constitucional de ordenamentos europeus em matéria de direitos sociais
 - G. O impacto da jurisprudência internacional nos tribunais constitucionais em matéria de direitos sociais

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

A conceptualização, a definição da natureza dos direitos sociais, o estudo do seu regime jurídico-constitucional, o enquadramento da metódica interpretativa aplicável e a configuração dos limites à atividade do legislador em tempos de normalidade e de crise, constituem pressupostos indispensáveis para uma análise aprofundada e crítica das decisões da Justiça Constitucional sobre a matéria da restrição de direitos sociais.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A primeira parte do curso envolverá exposição do regente sobre os tópicos principais do programa bem como intervenções de professores convidados nacionais e estrangeiros bem como juízes da Justiça Constitucional portuguesa e brasileira, tal como ocorreu em anos anteriores.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Segue-se uma segunda parte composta por exposições dos mestrandos sobre os principais tópicos do curso, as quais terão a duração de 50 minutos sendo seguidas por questões colocadas pelos restantes mestrandos e uma apreciação do regente. A intervenção e outros trabalhos orais e escritos somarão 40% da nota final atribuída.

Finalmente, será elaborado um relatório pelo mestrando a que corresponderá 60% da nota final.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A pesquisa exigente que precede a exposição, a capacidade dialética na sustentação da mesma intervenção e na formulação de questões a outras exposições, a capacidade de síntese escrita traduzida na elaboração de papéis temáticos e a aptidão para elaborar um relatório sistematizado e com um mínimo útil de novidade crítica são requisitos de um mestrado de investigação sobre um tema sensível e movediço onde se intersectam normas principiológicas e políticas públicas.

Bibliografia principal

NOTA: este mapa é preenchido tantas vezes quantas as necessárias para descrever as diferentes unidades curriculares.

Curricular unit sheet

Course

Curricular unit

The guarantee of social rights by the Constitutional Justice and the principle of separation of powers

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

Prof. Carlos Blanco de Morais (Full Professor) workload : 2 hours per week

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

N/A

Learning outcomes of the curricular unit

When facing a more and more relevant topic in the Portuguese-speaking world, mainly in recent years in Portugal and in Brazil, master's students should approach the subject from a methodical framework based on legal scholars, on the deepening of comparative law and on a critical reading of constitutional case-law.

Syllabus

- 1 . Historical Introduction to the constitutionalisation of social rights and to its means of collateral litigation
- 2 . Are social rights fundamental rights?
- 3 . The normative framework of standards that spell out and secure social rights
- 4 . The thesis of the dogmatic unity between freedom rights and social rights
- 5 . Limits to the restrictions to social rights and the quarrel on the "prohibition of retrogression."
- 6 . Hermeneutics of social rights within constitutionality control
- 7 . Litigation means of securing social rights
- 8 . Constitutional complaint and guarantee of social rights
- 9 . Social rights and control of unconstitutionality by omission
- 10 . The diffuse control of unconstitutionality by omission in the conduct of social rights in Brazil
- 11 . Judicial activism , neo-constitutionalism and redefinition of the principle of separation of powers
- 12 . The social rights as a material limit to constitutional review?



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 13 . The constitutional limitations on public policies to reform the welfare state
14 . Constitutional rights and social justice on the details
- A. Human dignity and the right to a life worthy of a human being
 - B. The judicial administration of benefits relating to the right to health in Brazil
 - C. The Portuguese constitutional case-law on termination of employment
 - C. The Portuguese and Brazilian constitutional case-law on the right to health
 - D. The Portuguese and Brazilian constitutional case-law relating to social security
 - E. The Portuguese and Brazilian constitutional case-law on the right to education
 - F. The European systems' constitutional case-law on social rights
 - G. The impact of international case-law on constitutional courts in matters of social rights

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

The conceptualisation and the definition of the nature of social rights, the study of its legal and constitutional system, the framework of the applicable interpretative methods and the configuration of the limits applicable to the legislator's activity both in normal times and in crisis, are essential for a thorough analysis and review of the decisions of the Constitutional Justice on the restriction of social rights.

Teaching methodologies (including evaluation)

The first part of the course will include lectures by the chair professor on the main topics of the programme as well as by national and foreign guests and judges of the Portuguese and Brazilian Constitutional Court, as in previous years. The second part will consist of master's students presentations on the course's main topics, with the duration of 50 minutes each followed by questions from other masters' students and a review by the chair professor. The presentation together with other oral and written assignments will represent 40 % of the final grade. Finally, the student is expected to prepare a final report weighing 60 % of the final grade.

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

The demanding research work which foregoes the presentations, the dialectical capacity that supports each presentation, the formulation of questions during the presentations, the ability to synthesize reflected in thematic papers as well as the ability to write a systematized and with - at least - a basic level of useful novelty are essential requirements for a research's master on a sensitive, shifting topic which intersects legal principles and public policies .

Main Bibliography

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.